

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
EDITAL-PADRÃO
CONTRATAÇÃO SIMPLIFICADA DE SERVIÇOS COMUNS
(Conforme matriz aprovada pela Portaria PGE nº 063/20 rev.1)

ATENÇÃO

NO PORTAL OFICIAL COMPRASNETBA EXISTE A FUNCIONALIDADE CAF DIGITAL com a finalidade cadastrar os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, para obter inscrição e atualização do Cadastro do Fornecedor, 100% digital, possibilitando a emissão do Certificado de Registro Cadastral - CRC ou Certificado de Registro Simplificado – CRS. Cadastre-se em <https://cadastrodefornecedores.saeb.ba.gov.br/>

PARTE A – PREÂMBULO

I. REGÊNCIA LEGAL:

Lei Estadual nº 9.433/05, **Decreto 19.896/2020**, Lei Complementar nº 123/06 e legislação pertinente.

II. Órgão/entidade e setor:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC

III. Número de ordem:

() Pregão eletrônico

Nº **144/2023**

IV. Tipo de licitação:

() Por item
() Por lote Unico

ID BANCO DO BRASIL Nº 1011123

V. Finalidade da licitação/objeto:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO/EXECUÇÃO DE CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVO, CONFORME QUANTIDADES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS.

VI. Processo administrativo nº SEI 073.7686.2023.0013125-19

Pregão Eletrônico nº **0144/2023**

VII. Pressupostos para participação (apresentação facultativa ou obrigatória do CRC/CRS):

() Serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento e nos seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que tenham realizado seu credenciamento como *usuário* junto ao Banco do Brasil, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual. **(Pregão eletrônico)**

Regras acerca da participação de matriz e filial

Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;

A comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;

Se a licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação da matriz e desejar executar o contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

VIII. Regime de execução (forma de medição do serviço para efeito de pagamento):

() A forma de execução do serviço será parcelada- O prazo de execução do serviço será parcelado, a contar da assinatura da Autorização da Prestação de Serviço – APS pela Contratada.

() **Demanda** () Semanal () Mensal () Bimestral () Trimestral

Pregão Eletrônico nº 144/2023- fls. 1 -



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16

Subagência de Licitação- SELIC

Pregoeiro Carlos Henrique Ferreira

E-mail: chferreira@uesc.br / selic@uesc.br

O prazo de assinatura da Autorização da Prestação de Serviço – APS pela CONTRATADA será 02 (dois) dias, configurando descumprimento total do contrato a não assinatura e consequentes penalidades previstas em lei, inclusive a rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE

IX. Prazo do contrato:

O prazo de vigência será de 12 MESES, admitindo-se a prorrogação do prazo nos termos dos arts:

§1o A prorrogação do prazo de vigência está condicionada à ocorrência de, ao menos, uma das hipóteses do art. 141 da Lei estadual no 9.433/05.

§2o A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada por meio de termo aditivo, antes do termo final do contrato

§3o O prazo de assinatura da Autorização da Prestação de Serviço – APS pela CONTRATADA será 02 (dois) dias, configurando descumprimento total do contrato a não assinatura e consequentes penalidades previstas em lei, inclusive a rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE

X. Site, data e horário (Brasília-DF) para recebimento de propostas e início da sessão pública:

Site: www.licitacao-e.com.br

TEMPO DE DISPUTA: 10 MINUTOS MODO DE DISPUTA ABERTO

Recebimento das propostas: Das 09:00 horas do dia 27/07/2023 às 09:00 horas do dia 08/08/2023

Início da sessão pública: às 09:15 horas do dia 08/08/2023

XI. Dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária:	Unidade Gestora:	Projeto/Atividade:	Elemento de despesa:	Destinação de Recurso:	Tipo de Recurso Orçamentário
11304	0001	12.364.306.6911.5700	33903900	15010213000	1

XII. Para a habilitação dos interessados, exigir-se-ão os documentos relativos a:

XII-1. Habilitação jurídica, comprovada mediante a apresentação:

- de registro público no caso de empresário individual.
- em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
- no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
- decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

XII-2. Regularidade fiscal (alíneas "a" a "e") e trabalhista (alínea "f"), mediante a apresentação de:

- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte (X) Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS, nos termos do Decreto Federal nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.
- prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.
- prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

XII-2.1. A prova da inscrição a que se referem os itens "a" e "b" será suprida com a apresentação das certidões a que se referem os itens "c" e "d", respectivamente, se estas contiverem o número de inscrição da licitante.



XII-2.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

XII-2.2.1 Nesta hipótese, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

XII-2.2.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual nº 9.433/05, especialmente a definida no art. 192, inc. I.

XII-3. Qualificação Técnica, comprovada através de:

- a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais **atestados** fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado
- b) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA exigível para **família 02.30 no portal** Comprasnet-BA (<https://www.comprasnet.ba.gov.br/inter/system/Fornecedor/QualificacaoTecnicaFamilia.asp>) acesso em 18/07/2023
- c) Declaração do licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo do Anexo V.

XII-4. Qualificação econômico-financeira:

(X) A ser comprovada mediante:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O licitante apresentará, conforme o caso, publicação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial.

b) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, prevista no **item X deste preâmbulo**, caso o documento não consigne prazo de validade.

d) demonstração de patrimônio líquido no montante mínimo indicado abaixo, concernente à data de apresentação das propostas, na forma da lei, admitida a sua atualização com base no INPC do IBGE, permitindo-se, na hipótese de licitação por lotes, a demonstração da qualificação individualizada para cada lote de interesse da proponente. Neste caso, ofertando a licitante proposta para mais de um lote, o patrimônio líquido exigido será a resultante da soma de tantos quantos forem os lotes ofertados.

d.1) A comprovação do patrimônio líquido mínimo será feita considerando, como base de cálculo, o valor estimado da contratação fixado pela Administração.

(X) COMPROVAÇÃO DE VALOR R\$ 36.000,00

XII-5. Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor

Conforme o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual nº 9.433/05, deverá ser apresentada declaração quanto ao trabalho do menor, conforme modelo constante do **Anexo III** deste Instrumento.

XIII. Codificação no Certificado de Registro – SAEB: 02.30

Pregão Eletrônico nº 144/2023- fls. 3 -



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16

Subagência de Licitação- SELIC

Pregoeiro Carlos Henrique Ferreira

E-mail: chferreira@uesc.br / selic@uesc.br

XIV. Documentos passíveis de substituição pelo extrato do Certificado de Registro:

A licitação se processa com a utilização do SIMPAS:

ATENÇÃO: O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS **NÃO** substituem documentos relativos à Qualificação técnica.

1. **Com exceção dos documentos concernentes à Qualificação Técnica**, o Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS, estando dentro prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e às Declarações de (Proteção ao Trabalho do Menor; Empregador; Superveniência; Enquadramento/Desenquadramento; e de Veracidade) as quais deverão estar devidamente cadastrados e atualizados no Extrato do fornecedor.
2. A substituição dos documentos supracitado pelo CRC ou CRS está condicionada à verificação da regularidade destes, feito através de consulta ao Extrato do Fornecedor pelo Órgão Licitante.
3. **O CRC ou CRS** só terá validade para fins de contratação **se, e somente se**, conter as FAMILIAS pertinentes ao objeto licitado, conforme as Famílias exigíveis no ITEM XIII deste Edital.
4. **O CRC PODERÁ SER UTILIZADO EM TODOS OS CASOS DE MONTA ESTIMADA, JÁ O CRS SÓ SE APLICA PARA OS CASOS EM QUE A MONTA ESTIMADO PARA O OBJETO FOR IGUAL OU INFERIOR AO VALOR DEFINIDO PARA CONVITE**

XV. Garantia do contrato:

Não exigível

Por ocasião da assinatura do contrato, a empresa vencedora do certame deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no §1º do art. 136 da Lei Estadual nº 9.433/05, ficando esclarecido que a garantia deverá ter seu valor atualizado nas mesmas condições do contrato.

XVI. Local, horário e responsável pelos esclarecimentos sobre este instrumento:

Servidor responsável

PREGOEIRO: Carlos Henrique Ferreira

e portaria de designação:

PORTARIA Nº 0688, DE 01/12/2022, PUBLICADA NO DOE DE 04/12/2022.

Endereço: Rodovia BR 415, Ilhéus / Itabuna, Km 16, Bairro Salobrinho, Ilhéus (BA).

Horário 8:00 às 13:00 Tel: **073-3680-5459**

E-mail: chferreira@uesc.br

XVII. Índice de anexos com as Declarações para habilitação:

I. Modelo de Proposta de Preços;

II. Modelo de Procuração para a Prática de Atos Concernentes ao Certame;

III. Modelo de Declaração da Proteção ao Trabalho do Menor;

IV. Minuta de Contrato;

V. Modelo de Declaração de Conhecimento e Enquadramento e Veracidade;

VI. Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

VII. Modelo de Declaração de Indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico.

VIII. Demonstrativo do valor Global Estimado para contratação do objeto

PARTE B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DESTES CERTAME

TERMO DE REFERÊNCIA

SEIBA Nº – 073.7686.2023.0013125-19; Doc. SEI (00071116441)

1 – OBJETO

Pregão Eletrônico nº 144/2023- fls. 4 -



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16

Subagência de Licitação- SELIC

Pregoeiro Carlos Henrique Ferreira

E-mail: chferreira@uesc.br / selic@uesc.br

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviço de Empresa Especializada em organização e execução de Concursos e Processos Seletivos, para realizar o Concurso Vestibular, dos Cursos da modalidade de Ensino a Distância (EAD), da UAB/UESC, conforme características, quantitativos, condições e especificações disciplinadas neste termo de referência, consistindo em:

- a) Elaboração das provas e demais materiais impressos, incluindo editoração, digitação, impressão, empacotamento e transporte;
- b) Aplicação das provas;
- c) Correção das provas (objetivas e da Redação);
- d) Análise e emissão de parecer sobre recursos;
- e) Cálculo da nota final;
- f) Emissão do resultado final, em listas de classificação próprias, para cada grupo de Reserva de Vagas, especificados no edital que regulamentará o certame, na forma de material impresso e em meio eletrônico.

2 – JUSTIFICATIVA

O certame visa selecionar alunos para os cursos, da modalidade de Ensino a Distância (EAD), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), contendo 1.512 (mil quinhentos e doze) vagas, distribuídas entre 5 (cinco) cursos e 16 (dezesesseis) polos.

3 – QUANTITATIVO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- **REQUISICÃO DE SERVIÇO Nº 9369/2022**
- **REQUISICÃO DE SERVIÇO SIMPAS Nº 11.07492/2023**

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO
02.30.20.000081582 PROCESSO SELETIVO, com elaboração das provas, impressões dos cadernos, correção das provas objetivas, processamento dos resultados, julgamento dos recursos e fornecimento de todo material necessário ao desenvolvimento das atividades.	Un.	01

O Vestibular EAD/UAB/UESC ofertará 1.512 (mil quinhentos e doze) vagas, distribuídas por 5 (cinco) cursos de licenciatura, em 16 (dezesesseis) polos distintos, conforme quadro do item 3.1.

Para fins de orçamento, estima-se o quantitativo de 4.600 (quatro mil e seiscentos) candidatos inscritos no Processo Seletivo, o qual poderá sofrer variação para mais ou para menos.

3.1 Distribuição de vagas por cursos e polos:

CURSO	POLO	TOTAL
Biologia	Amargosa	50
	Brumado	50
	Feira de Santana	30
	Ibicuí	20
	Ibotirama	25
	Ilhéus	40
	Itapetinga	30
	Teixeira de Freitas	55



	Vitória da Conquista	25
Física	Capim Grosso	50
	Ibicuí	40
	Ilhéus	40
	Itabuna	50
	Teixeira de Freitas	50
Matemática	Ibicuí	45
	Ilhéus	50
	Itabuna	50
	Itamaraju	40
	Jequié	40
Pedagogia	Amargosa	40
	Ibicuí	40
	Ilhéus	40
	Ipiaú	40
	Itabuna	40
	Itamaraju	40
	Itanhém	40
	Teixeira de Freitas	40
Letras Vernáculas	Brumado	40
	Ibicuí	40
	Ibotirama	37
	Ilhéus	40
	Itabuna	40
	Itamaraju	30
	Itapetinga	35
	Jequié	35
	Teixeira de Freitas	35
	Valença	40
	Vitória da Conquista	40
Total		1512

3.2 Das Provas

As provas, cuja duração será de 04h30min, terão como finalidade verificar a formação geral do candidato e as vivências adquiridas durante a Educação Básica. Além dos conhecimentos factuais, procurar-se-á verificar também o domínio de habilidades que indiquem as possibilidades de o candidato compreender, aplicar, analisar ou avaliar esses conhecimentos.

O Caderno de Provas será composto de 45 (quarenta e cinco) questões objetivas e uma discursiva (Redação).

3.2.1 Da Prova Objetiva



Quanto à Prova Objetiva, os cadernos de questões, para todos os cursos, apresentarão questões de 04 (quatro) áreas diferentes: (1) Linguagens, (2) Ciências Humanas, (3) Ciências da Natureza, (4) Matemática, as quais devem conter questões das seguintes disciplinas, por área:

- (1) Linguagens: Língua portuguesa, Literatura brasileira, Língua estrangeira (Inglês ou Espanhol);
- (2) Ciências Humanas: História, Atualidades e Geografia;
- (3) Ciências da Natureza: Física, Química e Biologia;
- (4) Matemática: Matemática.

As questões objetivas deverão conter 05 (cinco) alternativas, em que apenas uma estará correta, identificadas como a), b), c), d) e e).

A prova de Linguagens, para o curso de Letras Vernáculas, será constituída de 15 (quinze) questões objetivas. Para os demais cursos essa prova será composta por 10 (dez) questões.

As demais provas serão formadas por 10 (dez) questões objetivas. Contudo, a prova específica (item 3.2.3), de cada curso, será constituída de 15 (quinze) questões objetivas.

CURSO	ÁREA DE CONHECIMENTO/Nº DE QUESTÕES				TOTAL
	Linguagens	Ciências Humanas	Ciências da Natureza	Matemática	
BIOLOGIA	10	10	15	10	45
FÍSICA	10	10	15	10	45
LETRAS	15	10	10	10	45
MATEMÁTICA	10	10	10	15	45
PEDAGOGIA	10	15	10	10	45

3.2.2 Da Prova Discursiva

Quanto à Prova Discursiva, esta será uma Redação, constituída de tema único para todos os candidatos, e que irá compor a prova de Linguagens com Redação. O gênero textual será dissertativo argumentativo (já previsto no Edital do Vestibular).

Será anulada a redação que não atender ao tema proposto e/ou ao gênero textual solicitado

OBS: O candidato será desclassificado do processo seletivo em caso de nota 0 (zero) na redação.

Para a correção da Redação, serão obedecidos os seguintes critérios:

- a) Tratamento do tema proposto;
- b) Atendimento ao gênero textual solicitado, considerando a sua estrutura, finalidade e função social;
- c) Uso adequado dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da coerência textual;
- d) Progressão textual e uso de informações pertinentes para a construção do texto.

3.2.3 Da prova específica do curso e dos pesos

CURSO	PROVA ESPECÍFICA	PESOS DAS PROVAS			
		LING com RED	C. HUM	C. NAT	MAT
BIOLOGIA	Ciências da Natureza	5	3	5	3
FÍSICA	Ciências da Natureza	5	2	5	4
LETRAS	Linguagens	5	4	2	2
MATEMÁTICA	Matemática	5	3	3	5
PEDAGOGIA	Ciências Humanas	5	5	2	3



3.3 Do Cartão Informativo

O Cartão Informativo deverá ser individual, de responsabilidade da CONTRATADA e sua divulgação se dará apenas via Internet, de acordo com o Cronograma (item 6). Nesse sentido, é indispensável que seja disponibilizado no site oficial da empresa, bem como deverá constar um *link* no site da UESC (www.uesc.br), a fim de que os candidatos possam consultar seu local de prova e outras informações.

As informações que deverão constar no Cartão Informativo de cada candidato são:

- a) Número de inscrição;
- b) Dados pessoais do candidato (CPF, RG e data de nascimento);
- c) Nome e endereço completo do Centro de Aplicação (local das provas);
- d) Data e horário (da abertura e do fechamento dos portões e do início das provas);
- e) Opção de curso;
- f) Duração da prova;
- g) Indicação do grupo de Reserva de Vagas que o candidato optou;
- h) Indicação da necessidade de atendimento especial e o tipo de deficiência apresentada pelo candidato, quando for o caso;
- i) Material permitido na realização das provas (caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente);
- j) Informações acerca do material que deverão ser guardados pelos candidatos no recipiente plástico, fornecido pela Empresa Contratada no dia da aplicação.

3.4 Dos Centros de Aplicação

As provas serão aplicadas no polo para o qual o candidato se inscrever para concorrer a uma vaga. Os candidatos dos polos de Itabuna e de Ilhéus farão as provas no *campus* da UESC. Quanto aos Centros de Aplicação, todas as informações serão encaminhadas pela UESC à empresa CONTRATADA, conforme estabelecido no Cronograma (item 6), juntamente com o ensalamento (alocação do quantitativo de candidatos por sala, número e identificação das salas por Centro de Aplicação).

3.5 Da apuração dos resultados

A apuração dos resultados das provas do Processo Seletivo deverá obedecer aos seguintes procedimentos:

- a) Determinação dos escores brutos de cada prova em relação a uma escala de zero a dez;
- b) Cálculo da média aritmética entre os escores brutos de Redação e de Linguagens constituindo a média da prova de Linguagens com Redação;
- c) Cálculo do escore final de cada candidato, que será a média aritmética ponderada entre os escores brutos das 4 provas (Linguagens com Redação, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática), considerando os pesos de cada prova (item 3.2.3).

3.6 Do Boletim de Desempenho

O Boletim de Desempenho deverá ser disponibilizado via Internet, sendo responsabilidade da empresa CONTRATADA, após a divulgação do Resultado Final pela UESC, permitindo ao candidato acesso individual ao seu desempenho nas provas do certame. Além disso, a CONTRATADA deverá enviar *link* do Boletim de Desempenho, para que possa ser disponibilizado no site da UESC.

No documento deverão constar as seguintes informações:



- a) Número de inscrição;
- b) Nome completo do candidato;
- c) CPF, RG e data de nascimento;
- d) Opção de curso;
- e) Opção do grupo de Reserva de Vagas;
- f) Nota obtida em cada disciplina e nota da Redação;
- g) Média final;
- h) Classificação (obedecendo aos critérios de Reserva de Vagas);
- i) Situação (aprovado, classificado, eliminado por zero ou ausente).

3.7 Do pagamento de pessoal

Serão envolvidos no processo de organização e aplicação das provas, total de 342 (trezentos e quarenta e dois) pessoas, sendo necessário o total de R\$ 54.130,00 (cinquenta e quatro mil cento e trinta), em valores líquidos, para remuneração dos colaboradores envolvidos.

O pagamento será realizado pela contratada, em até 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de aplicação das provas (ver cronograma, item 9.3), na conta bancária em nome do favorecido/colaborador, informada pela contratante, conforme relação enviada posteriormente. (ver tabela no item 9.1, inciso VI).

Vale ressaltar, que os valores estimados poderão sofrer variação para mais ou para menos, de acordo com o número de inscritos e o número de colaboradores envolvidos no Processo Seletivo.

4 – LOCAIS DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) Provas e demais materiais de aplicação: na Gerência de Seleção e Orientação (GESEOR);
- b) Aplicação das provas: nos polos, cujos Centros de Aplicação serão encaminhados posteriormente, pela UESC; os candidatos dos polos de Itabuna e de Ilhéus farão as provas no *campus* da UESC.
- c) Envio das relações constantes no item 9.1, inciso IV, alínea d): na Gerência de Seleção e Orientação (GESEOR);
- d) Devolução do material de aplicação (provas dos candidatos e todos os formulários e Relatórios do Processo Seletivo): na Gerência de Seleção e Orientação (GESEOR).

Observação: A Gerência de Seleção e Orientação (GESEOR) situa-se no 4º andar da Torre Administrativa José Haroldo Castro Vieira, no *campus* da UESC, na Rodovia Jorge Amado, km 16, Salobrinho, Ilhéus, Bahia.

5 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

A forma de execução do serviço será parcelada - O prazo de execução do serviço será parcelada, a contar da assinatura da Autorização da Prestação de Serviço – APS pela Contratada, por demanda.

§1º A prorrogação do prazo de vigência está condicionada à ocorrência de, ao menos, uma das hipóteses do art. 141 da Lei estadual nº 9.433/05.

§2º A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada por meio de termo aditivo, antes do termo final do contrato.



§3º O prazo de assinatura da Autorização da Prestação de Serviço – APS pela CONTRATADA será **02 (dois) dias**, configurando descumprimento total do contrato a não assinatura e consequentes penalidades previstas em lei, inclusive a rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE.

OBS:

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses.

O valor estimado pela prestação dos serviços técnicos especializados, considerando 4.600 (quatro mil e seiscentos) candidatos, será pago em três parcelas, na forma que se indica:

- a) 30% (trinta por cento), até 8 (oito) dias úteis após a entrega dos Cadernos de Provas, das Folhas de Resposta da Redação e dos Cartões de Respostas da Prova Objetiva, empacotados.
- b) 40% (quarenta por cento), até 8 (oito) dias úteis após a aplicação de todas as provas;
- c) 30% (trinta por cento), até 8 (oito) dias úteis após a entrega, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, dos resultados finais do Concurso e do Relatório Geral de Atividades, juntamente com todo o material utilizado no Concurso, na forma prevista no contrato.

Fica estabelecido que, ocorrendo um número de inscritos superior a 4.600 (quatro mil e seiscentos) candidatos, será considerado para efeito de pagamento de cada excedente o valor correspondente a 80% (oitenta por cento) do devido para cada candidato, calculado com a divisão do preço global estipulado pela CONTRATADA, pelo número de candidatos previsto pela CONTRATANTE, ou seja, 4.600 (quatro mil e seiscentos). Caso ocorra um número de inscrição inferior a 4.600 (quatro mil e seiscentos) candidatos, a CONTRATANTE pagará o valor proporcional ao proposto, isto é, mantendo-se o valor unitário por candidato, ou seja, o quociente entre o valor proposto e 4.600 (quatro mil e seiscentos) candidatos previstos.

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente aberta em instituição financeira contratada pelo Estado da Bahia, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, contados da data da apresentação da fatura, após concluído o recebimento definitivo, em consonância com o disposto no art. 6º, §5º; art. 8º, XXXIV; art. 79, XI, "a"; art. 154, V e art. 155, V da Lei estadual nº 9.433/05 e em conformidade com o parcelamento disposto no item 5 deste Termo.

- I. A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) somente deverá(ao) ser apresentada(s) para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela CONTRATADA de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado.
- II. Ainda que a nota fiscal/fatura seja apresentada antes do prazo definido para recebimento definitivo, o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo atesto do recebimento definitivo.
- III. O CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos no cumprimento da obrigação, com base no valor do preço vigente.
- IV. A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) deverá(ao) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, sujeitando-se às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.
- V. O processo de pagamento, para efeito do art. 126, inciso XVI, da Lei estadual nº 9.433/05, deverá ser instruído com a prova da manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, o que poderá ser aferido mediante consulta ao Registro Cadastral ou a sites oficiais, considerando-se como marco final desta demonstração a data de conclusão da etapa do recebimento definitivo.
- VI. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, de circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

7 – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 144/2023- fls. 10 -



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16

Subagência de Licitação- SELIC

Pregoeiro Carlos Henrique Ferreira

E-mail: chferreira@uesc.br / selic@uesc.br

Competirá ao CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei estadual nº 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela execução do contrato.

§1º O adimplemento da obrigação contratual por parte da CONTRATADA ocorrerá com a efetiva prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança, nos termos do art. 8º, inc. XXXIV, da Lei estadual nº 9.433/05.

§2º Cumprida a obrigação pela CONTRATADA, caberá ao CONTRATANTE proceder ao recebimento do objeto, a fim de aferir os serviços ou fornecimentos efetuados, para efeito de emissão da habilitação de pagamento, conforme o art. 154, inc. V, e art. 155, inc. V, da Lei estadual nº 9.433/05.

§3º Compete especificamente à fiscalização, sem prejuízo de outras obrigações legais ou contratuais:

Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral das obrigações pactuadas;
Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado;
Relatar ao Gestor do Contrato ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros;
Dar à autoridade superior imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a CONTRATADA, ou mesmo à rescisão do contrato.

§4º Fica indicada como a área responsável pela gestão do contrato: **GERÊNCIA DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO.**

§5º Fica indicado como gestor deste Contrato o servidor **Eduardo Silva Palmeira**, matrícula: **73.438.704-1.**

§6º Fica(m) indicado(s) como fiscal(is) deste Contrato o(s) servidor(es): **Eduardo Silva Palmeira** matrícula: **73.438.704-1.**

8 – RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto, consistente na aferição da efetiva prestação do serviço, realização da obra, entrega do bem ou de parcela destes, se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei estadual nº 9.433/05, observando-se os seguintes prazos:

- I. se a verificação da conformidade do objeto com a especificação, bem assim do cumprimento das obrigações acessórias puder ser realizada de imediato, será procedido de logo o recebimento definitivo;
 - II. quando, em razão da natureza, do volume, da extensão, da quantidade ou da complexidade do objeto, não for possível proceder-se a verificação imediata de conformidade, será feito o recebimento provisório, devendo ser procedido ao recebimento definitivo no prazo de 15 (quinze) dias.
1. Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento definitivo far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.
 2. Na hipótese de não ser lavrado o termo circunstanciado ou de não ser procedida a verificação dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados ao CONTRATANTE nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.
 3. O recebimento definitivo de compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.
 4. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do CONTRATANTE, não dispondo o TERMO DE REFERÊNCIA de forma diversa, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos.
 5. Poderá ser dispensado o recebimento provisório nos seguintes casos:
 - I. gêneros perecíveis e alimentação preparada;
 - II. serviços profissionais;
 - III. serviços de valor até o limite previsto para compras e serviços, que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.



6. Salvo disposições em contrário constantes do TERMO DE REFERÊNCIA, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.
7. O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis.
8. Após a execução do serviço, o CONTRATANTE designará o preposto para vistoria-los. Caso não ocorra o aceite, o CONTRATANTE fará o respectivo registro e a CONTRATADA deverá corrigir as anormalidades apontadas em 15 (quinze) dias, sem ônus adicional para UESC.
9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
10. Com a conclusão da etapa do recebimento definitivo, a CONTRATADA estará habilitada a apresentar as nota(s) fiscal(is)/fatura(s) para pagamento.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

9.1 Das obrigações da CONTRATADA

- I. Preparar os materiais necessários à execução das atividades pertinentes ao Concurso Vestibular devendo, para tanto:
 - a) Elaborar todos os itens constitutivos das provas, de acordo com os conteúdos do Manual do Candidato, constante no site da CONTRATANTE e que será encaminhado, por e-mail, para a CONTRATADA;
 - b) Imprimir os Cadernos de Provas, em número suficiente para a aplicação (no mínimo, 10% a mais, por tipo de prova, por polo);
 - c) Em atendimento ao art. 30, incisos III e IV, da Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, disponibilizar provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, assim como disponibilizar recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;
- i. Arcar com as despesas de elaboração das provas e de todo o material necessário para deficientes visuais totais inscritos (*braille*), se houver;
- ii. Arcar com as despesas de elaboração das provas e de todo o material necessário para deficientes visuais parciais inscritos, inclusive, com 10% a mais;
 - b) Realizar o ensalamento dos candidatos inscritos, agrupando-os nos Centros de Aplicação pela opção de curso e levando em conta o polo para o qual o candidato se inscreveu, utilizando uma média de 30 (trinta) candidatos por sala e considerando as recomendações da CONTRATANTE, resoluções e disposições que, porventura, venham a ocorrer, por consequência da pandemia de COVID 19;
 - c) Elaborar, em número suficiente para a aplicação:
 - § Folhas de Respostas da Redação, pré-identificadas (com, no mínimo, 10% a mais sem identificação);
 - § Cartões de Respostas das Provas Objetivas, pré-identificados (com, no mínimo, 10% a mais sem identificação);
 - § Listas de Presença dos candidatos, por sala;
 - § Listas de Sala (relação nominal dos candidatos por sala) para serem afixadas na porta de cada sala de aplicação das provas;
 - § Lista Geral de Inscritos, por Centro de Aplicação, para ser afixada na entrada de cada Centro de Aplicação;
 - § Formulários para registros de ocorrências, por sala e outros que se façam necessários.
 - § Lista Geral de Inscritos, constando todos os candidatos dos Centros de Aplicação.
 - g) Empacotar os Cadernos de Provas, as Folhas de Resposta da Redação, os Cartões de Respostas das Provas Objetivas e demais materiais, por Centros de Aplicação;
 - h) Disponibilizar na Internet (site oficial da CONTRATADA e *link* no site da UESC), o Cartão Informativo de cada candidato, conforme formato recomendado pela CONTRATANTE e no prazo estipulado no Cronograma (item 9.3), devendo o acesso ser facultado mediante informações do n.º de inscrição ou CPF do candidato e senha;
 - i) Responsabilizar-se pelo traslado, guarda e sigilo do material de aplicação;



- j) Entregar no *campus* da UESC, na Gerência de Seleção e Orientação, situada na Torre Administrativa José Haroldo Castro Vieira, 4º andar, os malotes com os Cadernos de Provas, Folhas de Respostas, demais materiais impressos necessários e embalagens para guarda dos pertences dos candidatos, na data estipulada no Cronograma (item 9.3).

II. Aplicar as provas do Concurso em cada polo, devendo, para tanto:

- a) Realizar o treinamento de Fiscais, Coordenadores e do Pessoal de Apoio necessários à realização das provas, em conjunto com a Comissão Permanente de Seleção e Orientação (COPESEL), da CONTRATANTE;
- b) Indicar os representantes para acompanhar o processo de aplicação das provas (no mínimo dois, que acompanharão o processo no *Campus* da UESC) trabalhando em conjunto com a CONTRATANTE, sob a coordenação desta;
- c) Arcar com as despesas de hospedagens, alimentação e passagens de seus representantes, designados para acompanhar o Concurso no *Campus* da UESC;
- d) Providenciar a locomoção de seus representantes durante a realização do Concurso Vestibular;
- e) Fornecer à CONTRATANTE via e-mail, após o encerramento das provas, o gabarito, devidamente assinado pelo representante legal da empresa.

III. Corrigir as provas do Concurso, devendo, para tanto:

- a) Responsabilizar-se pela guarda e sigilo das provas;
- b) Realizar a correção das Questões Objetivas de todas as provas;
- c) Realizar a correção das Redações.

IV. Processar os resultados, devendo, para tanto:

- a) Observar os critérios fornecidos pela CONTRATANTE;
- b) Cumprir os prazos estabelecidos em Contrato;
- c) Submeter os resultados, após a conclusão dos trabalhos de apuração do Concurso Vestibular e antes da divulgação, à análise de um representante indicado pela CONTRATANTE para efeito de verificação do cumprimento das exigências contidas no Manual do Candidato;
- d) Fornecer à CONTRATANTE:

§ Relação dos candidatos convocados, por curso e polo, em ordem alfabética, contendo nome e documento de identidade do candidato e o nº de inscrição (2 vias impressas e uma cópia em meio eletrônico – Formatos: CSV e PDF);

§ Relação geral dos candidatos, por curso e polo, na Ampla Concorrência e por Ações Afirmativas (Reserva de Vagas), em ordem de classificação, contendo o número de inscrição, número de identidade, escores brutos e finais, classificação e situação do candidato (convocado, habilitado, eliminado por zero, ausente), em 2 (duas) vias impressas e uma cópia em meio eletrônico;

§ Relação geral dos candidatos, por curso e polo, na Ampla Concorrência e por Ação Afirmativa (Reserva de Vagas), em ordem alfabética, contendo o número de inscrição, número de identidade, escores brutos e finais, classificação e situação do candidato (convocado, habilitado, eliminado por zero, ausente), em 2 (duas) vias impressas e uma cópia em meio eletrônico.

- e) Disponibilizar na Internet (site oficial da CONTRATADA e *link* no site da UESC), o Boletim de Desempenho de cada candidato, conforme formato recomendado pela CONTRATANTE e no prazo estipulado no Cronograma (item 9.3), devendo o acesso ser facultado mediante informações do n.º de inscrição ou CPF do candidato e senha;
- f) Reservar os direitos da CONTRATANTE, quanto às informações obtidas, de cada candidato;
- g) Fornecer, em meio eletrônico todas as informações contidas no banco de dados de inscritos e mais as seguintes informações, por candidato:

§ Escores brutos obtidos na prova de Língua Portuguesa, na Redação e de Língua Portuguesa com Redação;

§ Escores brutos obtidos em cada uma das demais provas;

§ Escores finais;

§ Situação no curso (com ordem de classificação);

§ Informações relativas à Reserva de Vagas.

V. Estar disponível para discutir todas as etapas do Concurso, sob sua responsabilidade, com a CONTRATANTE.



VI. Efetuar no dia de aplicação das provas, o pagamento do pessoal envolvido, observando a tabela abaixo (valores líquidos):

HISTÓRICO	QUANT.	VL. UNIT.(R\$)	VL. TOTAL(R\$)
Coordenador de Aplicação	16	R\$ 500,00	R\$ 8.000,00
Apoio à Coordenação Geral	3	R\$ 300,00	R\$ 900,00
Enfermeiros	16	R\$ 180,00	R\$ 2.880,00
Fiscais Especiais de Aplicação	15	R\$ 180,00	R\$ 2.700,00
Motoristas	16	R\$ 150,00	R\$ 2.400,00
Representantes dos Colégios	14	R\$ 150,00	R\$ 2.100,00
Fiscais de Aplicação	154	R\$ 150,00	R\$ 23.100,00
Fiscais Volantes	25	R\$ 150,00	R\$ 3.750,00
Fiscais de Banheiro	38	R\$ 100,00	R\$ 3.800,00
Apoio (arrumação e limpeza)	25	R\$ 100,00	R\$ 2.500,00
Porteiros	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
TOTAL	342	-	R\$ 54.130,00

a) Em caso de necessidade, de acordo com o número de candidatos inscritos, os quantitativos expressos na tabela acima poderão sofrer alteração para mais ou para menos, mediante justificativa da Comissão Permanente de Seleção e Orientação (COPESEL).

VII. Responsabilizar-se pelos custos do envio de todo o material utilizado na realização do Concurso, a ser efetuado pela CONTRATANTE.

VIII. Prestar esclarecimentos técnicos à CONTRATANTE, visando esclarecer dúvidas que porventura existam.

IX. Comprometer-se a não violar a confidencialidade dos dados da CONTRATANTE, sob sua responsabilidade, salvo aqueles que sejam de domínio público, ou que possam ser legitimamente obtidos por terceiros.

X. Comprometer-se a não divulgar qualquer informação sobre o resultado do Concurso, salvo com expressa autorização, por escrito, da CONTRATANTE.

XI. Apresentar Relatório Geral das Atividades Desenvolvidas para o Concurso Vestibular à CONTRATANTE, no prazo estipulado no Cronograma (item 9.3).

XII. Fornecer, em meio eletrônico as provas do Concurso, após a conclusão do certame;

XIII. Devolver os materiais, objeto de avaliação do Concurso, tais como: Listas de Presença, Relatórios de Ocorrências, Redações e Cartões de Respostas.

9.2 Das obrigações da CONTRATANTE

I. Manter encontros periódicos com a CONTRATADA, para as decisões que se fizerem necessárias.

II. Cumprir os prazos que lhe forem atribuídos.

III. Manter a CONTRATADA atualizada nos aspectos da vida acadêmico-administrativa da CONTRATANTE que possam interferir na sistemática do Concurso Vestibular.

IV. Prestar informações e fornecer documentos que contribuam para o desenvolvimento dos trabalhos.

V. Responsabilizar-se pela divulgação, junto aos órgãos de imprensa, de todas as etapas do Concurso Vestibular, normas e prazos, bem como das atividades sob a responsabilidade da CONTRATADA, quando for conveniente às partes.

VI. Responsabilizar-se pelo envio à CONTRATADA, em meio eletrônico, do banco de dados dos inscritos no Concurso conforme Cronograma (item 9.3).

VII. Responsabilizar-se pela guarda e sigilo de todo o material do Concurso, de acordo com o estabelecido entre as partes, enquanto sob sua responsabilidade.

VIII. Arcar com todas as despesas decorrentes da realização de impressão de documentos e de serviços não especificados no Contrato.

IX. Elaborar todo o material necessário à inscrição.

X. Elaborar os Manuais dos Coordenadores e Fiscais, em acordo com a CONTRATADA.



- XI. Realizar o treinamento de Fiscais, Coordenadores e do Pessoal de Apoio necessários à realização das provas, em conjunto com a CONTRATADA.
- XII. Responsabilizar-se pelo envio dos malotes, à CONTRATADA, contendo as Folhas de Respostas e os demais formulários utilizados na realização do Concurso, conforme Cronograma (item 9.3).
- XIII. Responder aos processos administrativos e, ou judiciais relacionados com o Concurso Vestibular, cabendo à CONTRATADA fornecer esclarecimentos necessários à elaboração da defesa.
- XIV. Responsabilizar-se pela divulgação da relação dos aprovados.

9.3 Do cronograma

Comprometem-se as partes a obedecer ao seguinte Cronograma:

DATA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
11/10/2023	Envio, à CONTRATADA, em meio eletrônico, do banco de dados dos inscritos.	UESC
11/10/2023	Envio, à CONTRATADA, da relação dos Centros de Aplicação, quantidade de salas e número de candidatos alocados por sala.	UESC
28/10/2023	Envio, à UESC, do modelo de Caderno de Questões (capa e instruções aos candidatos), Folhas de Respostas, demais formulários, que serão utilizados no Processo Seletivo, e do Cartão Informativo, para aprovação da Comissão Permanente de Seleção e Orientação da CONTRATANTE.	CONTRATADA
01/11/2023	Devolução, à CONTRATADA, do modelo de Caderno de Questões (capa e instruções aos candidatos), Folhas de Respostas, demais formulários, que serão utilizados no Processo Seletivo, e do Cartão Informativo, com ajustes e correções, caso sejam necessários.	UESC
14/11/2023	Divulgação do Cartão Informativo, no site oficial da CONTRATADA e disponibilização do <i>link</i> para ser publicado no site da UESC.	CONTRATADA
20/11/2023	Entrega dos Cadernos de Provas, das Folhas de Resposta da Redação e dos Cartões de Respostas da Prova Objetiva, empacotados, separadamente, e acondicionadas em malotes, devidamente lacrados, organizados por polos e por Centros de Aplicação, na Gerência de Seleção e Orientação (GESEOR) (item 7).	CONTRATADA
20/11/2023	Entrega dos demais materiais de aplicação, tais como: Listas de Presença dos candidatos, Listas de Sala, Lista Geral de Inscritos, Formulários para Registros de Ocorrências, embalagens para guarda dos pertences dos candidatos e outros que se façam necessários (item 7).	CONTRATADA
26/11/2023	Aplicação das provas, pela Comissão Permanente de Seleção e Orientação, com acompanhamento da CONTRATADA.	UESC/CONTRATADA
27/11/2023	Divulgação dos gabaritos preliminares no site oficial da CONTRATADA e disponibilização do <i>link</i> para publicação no site da UESC.	CONTRATADA
28/11/2023	Envio dos malotes com as provas, à CONTRATADA, para correção e tabulação dos resultados, e demais formulários utilizados na aplicação, de acordo com as regras estabelecidas em contrato.	UESC
30/11/2023	Envio, à CONTRATADA, dos recursos interpostos pelos candidatos, relativos aos gabaritos preliminares divulgados.	UESC
06/12/2023	Divulgação dos gabaritos definitivos no site da CONTRATADA e disponibilização do <i>link</i> para publicação no site da UESC.	CONTRATADA
06/12/2023	Envio, à UESC, do Resultado Preliminar do Processo Seletivo, para verificação do cumprimento das exigências contidas no Manual do Candidato.	CONTRATADA
07/12/2023	Contato com a CONTRATADA, sobre o cumprimento das exigências contidas no Manual do Candidato, em relação ao Resultado Preliminar do Processo Seletivo.	UESC
08/12/2023	Devolução, à UESC, do Resultado Preliminar do Processo Seletivo, conforme modelo sugerido pela CONTRATANTE.	CONTRATADA



DATA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
18/12/2023	Divulgação do Resultado Preliminar do Processo Seletivo.	UESC
20/12/2023	Envio, à CONTRATADA, dos recursos interpostos pelos candidatos, relativos ao Resultado Preliminar do Processo Seletivo.	UESC
08/01/2024	Envio dos pareceres dos recursos interpostos, caso hajam.	CONTRATADA
08/01/2024	Envio do Resultado Final à UESC, para homologação e divulgação.	CONTRATADA
12/01/2024	Divulgação do Resultado Final.	UESC
19/01/2024	Divulgação do Boletim de Desempenho no site oficial da CONTRATADA e disponibilização do <i>link</i> para ser publicado no site da UESC	UESC CONTRATADA
24/01/2024	Envio, à UESC, de todo o material de aplicação, incluindo os relatórios impressos e em meio eletrônico.	CONTRATADA
24/01/2024	Envio, à UESC, de Nota Fiscal, juntamente com as Certidões Negativas.	CONTRATADA

9.4 Recomendações Gerais

Recomendamos empresas que tenham experiências em Processos Seletivos Vestibulares ou Concursos Diversos.

EDUARDO SILVA PALMEIRA, GERENTE

Responsável pela assinatura do Termo de Referência

2. DETERMINAÇÕES ADICIONAIS:

Além das determinações contidas na **PARTE C – DISPOSIÇÕES GERAIS**, bem como daquelas decorrentes de lei, deverão ser observados os seguintes itens neste instrumento convocatório:

- 2.1** É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.
- 2.2** Os serviços objeto desta licitação deverão ser executados por empregados da contratada, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a empresa contratada, sobre os quais manterá estrita e exclusiva fiscalização.
- 2.3** O contratante descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos na execução dos serviços ocorridos no mês, com base no valor do preço vigente.
- 2.4** As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a prestação do serviço, no mês anterior à realização dos serviços.
- 2.5** Os serviços não poderão sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência. (SERVIÇOS CONTÍNUOS)

3. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ESPECÍFICAS:

3.1 A contratação com o licitante vencedor obedecerá às condições do instrumento de contrato constante do **Anexo IV**, facultada a substituição, a critério da Administração, por instrumento equivalente, desde que presentes as condições do art. 132 da Lei Estadual nº 9.433/05.

3.2 Além das determinações contidas na minuta de contrato, bem como daquelas decorrentes de lei, serão observadas na contratação derivada deste instrumento convocatório as seguintes cláusulas:

3.2.1 O Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Administração, implantou o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), um sistema que permite ao Fornecedor Cadastrado tramitar documentos licitatórios e proceder à assinatura de contratos eletronicamente. Para fins de empenho, a empresa licitante vencedora do certame deverá estar



devidamente cadastrada junto a Sistema Eletrônico de Informações (SEI), para o fornecimento do(s) bem (ns) ou prestação do(s) serviço(s), objeto(s) deste Edital, sob pena de resolução do contrato."

3.2.2 Deverá a CONTRATADA providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site www.comprasnet.ba.gov.br, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Para fins de empenho/contratação, a empresa licitante vencedora do certame deverá estar devidamente cadastrada junto a Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB) para o fornecimento do(s) bem (ns) ou prestação do(s) serviço(s), objeto(s) deste Edital, sob pena de resolução do contrato."

3.2.3 Na hipótese da Licitante Vencedora **não está cadastrada no portal comprasnet.bahia**, ou com o cadastro CRC/CRS na situação cancelado, desatualizado, vencido, **deverá a VENCEDORA providenciar a regularidade/atualização do seu cadastro, atarves do CAF DIGITAL.**

NOTA INFORMATIVA

O Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Administração, da sua Coordenação de Gestão do Cadastro de Fornecedores - CGCF implantou CAF DIGITAL com a finalidade cadastrar os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, para participarem de licitações e contratações realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual. A funcionalidade Credenciamento de Fornecedor, já existente no portal oficial Comprasnet. BA, será renomeada para CAF DIGITAL, possibilitando o processo de inscrição e atualização do Cadastro do Fornecedor, 100% digital, para obter o Certificado de Registro Cadastral - CRC e Certificado de Registro Simplificado – CRS. Cadastre-se em <https://www.comprasnet.ba.gov.br>.

PARTE C – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. OBJETO

1.1 O presente procedimento tem por escopo o objeto descrito na **PARTE A - PREÂMBULO**, no qual se encontram prescritas, entre outras informações: o órgão/entidade licitante, a modalidade licitatória, o tipo de licitação, os pressupostos de participação, o regime de execução ou forma de fornecimento, o prazo do contrato, o local, data e horário para início da sessão pública, a dotação orçamentária, os requisitos de habilitação.

1.2 As especificações, quantitativos e condições da licitação estão descritas na **PARTE B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS**, deste Instrumento.

1.3 São partes indissociáveis deste instrumento os anexos descritos na **PARTE A – PREÂMBULO**.

2. PRESSUPOSTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Os pressupostos para participação nesta licitação estão indicados no **item VII do preâmbulo**.

2.1.1 Obs. Regras acerca da participação de matriz e filial

Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;

A comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;

Se a licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação da matriz e desejar executar o contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

2.2 O Certificado de Registro, deverá conter a codificação especificada no **item XIII do preâmbulo**.



2.3 Não serão admitidas empresas em consórcio, nem as que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública ou as declaradas inidôneas, na forma dos incisos II e III do art. 186 da Lei Estadual nº 9.433/95.

2.4 Em consonância com o art. 200 da Lei Estadual nº 9.433/95, fica impedida de participar desta licitação e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.

2.5 É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais, conforme o art. 125 da Lei Estadual nº 9.433/95.

2.6 É defeso ao servidor público transacionar com o Estado quando participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer comércio, na forma do inc. XI do art. 176 da Lei Estadual nº 6.677/94.

2.7 Consoante o art. 18 da Lei Estadual nº 9.433/05, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários os demais agentes públicos, assim definidos no art. 207 do mesmo diploma, impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal.

3. REGÊNCIA LEGAL DA LICITAÇÃO

Esta licitação obedecerá, integralmente, as disposições da Lei Estadual nº 9.433/05, alterada pela Lei Estadual nº 9.658/05, a Lei Complementar nº 123/06 e a Lei Federal nº 8.666/93, no que for pertinente.

4. CREDENCIAMENTO

4.1 Como condição específica para participação do pregão por meio eletrônico é necessário, previamente, o credenciamento de usuário pelos licitantes, que será realizado através do Banco do Brasil, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a formalização do pedido e entrega da documentação necessária.

4.2 O credenciamento se dará através da atribuição de chave de identificação e/ou senha individual.

4.3 O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o mesmo responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências.

4.4 O credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.

4.5 As informações e esclarecimentos acerca do credenciamento devem ser obtidos junto ao pregoeiro designado.

5. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 RITO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO QUANTO À FORMA E VALIDADE

5.1.1 Em campo próprio do sistema eletrônico terão lugar o **Formulário Eletrônico** para a oferta de preços do lote Único. **É vedada a Identificação do Proponente quando do registro e anexo de sua proposta inicial**, sob pena de **INADIMISSIBILIDADE** de Proposta.

5.1.2 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico** www.licitacoes-e.com.br, em campo próprio concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, a PROPOSTA com a descrição do objeto ofertado, até é a data e o horário estabelecidos no item X do preâmbulo para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.3 O valor da PROPOSTA OFERTADA será o MENOR valor global do serviço pelo período de 12 meses.

5.1.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



5.1.5 As propostas de preços iniciais recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições estabelecidas no edital, serão classificadas para a etapa de lances.

5.1.6 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado **somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da Etapa de Lances**.

5.2. O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências constantes da PARTE B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS, bem como em consonância com o modelo do **Anexo I**, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, **em duas casas decimais**, ficando esclarecido que não será admitida proposta alternativa.

5.2.1 Ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.

5.2.2 A proposta apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela contratada das obrigações.

5.2.3 Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando a condição de pagamento à vista, não devendo, por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

5.2.4 A proposta de preços terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data fixada no item X do preâmbulo para início da sessão pública, facultado, porém, aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

5.2.5 Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

5.2.6 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste instrumento, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado acrescido dos respectivos encargos.

5.2.7 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Instrumento ou que consignarem valor global superior aos praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

5.2.8 A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

5.3. Para a habilitação dos interessados na licitação, exigir-se-ão, exclusivamente, os documentos mencionados no item XII do preâmbulo e as Declarações constantes do Item XVII, que deverão ser, na forma e no prazo, anexados em campo próprio do Sistema eletrônico do banco Brasil licitações-e, sob pena de inabilitação.

5.3.1 Para certificação de regularidade de habilitação para este certame, em campo próprio do sistema licitações-e, a licitante deve comprovar a sua situação de regularidade na forma prevista no edital.

5.3.2 O Pregoeiro terá acesso às documentações previamente apresentadas, **após o encerramento da Etapa de lances**, momento em que se dará ao exame e julgamento da conformidade das documentações apresentadas.

6. ETAPA COMPETITIVA DE LANCES ELETRÔNICOS

6.1 Esta licitação será processada no MODO DE DISPUTA ABERTO nos termos do art. 23 do Decreto Estadual nº 19.896, de 5 de agosto de 2020.

Pregão Eletrônico nº 144/2023- fls. 19 -



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC
Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16
Subagência de Licitação- SELIC
Pregoeiro Carlos Henrique Ferreira
E-mail: chferreira@uesc.br / selic@uesc.br

6.1.1 NA ETAPA DE LANCES o Critério estabelecido para julgamento da proposta será o de menor preço global anual.

6.2 A partir do horário previsto no item X do preâmbulo para início da sessão pública do pregão eletrônico, a SALA DA DISPUTA DE LANCES será aberta. Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta.

6.2.1 Aberta a etapa competitiva de lances, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informado, do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor, automaticamente pelo sistema.

6.2.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado **o degrau de valor fixado no Anexo VIII** e as regras de aceitação das mesmas estabelecidas no modelo disputa aberto fixado neste Instrumento Convocatório.

6.2.3 Não serão registrados, para o mesmo item, 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.2.4 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.2.5 A sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.2.5.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o *caput* deste artigo, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.2.5.2 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 6.2.5.1 acima, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.2.5.3 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 6.2.5 acima, o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

6.2.6 Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda todas as condições deste Edital e seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação e dentro da realidade do mercado.

6.2.7 Em caso de empate ficto, será assegurado, nos termos da Lei complementar nº 123/06, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiário do regime diferenciado e favorecido, nos termos que se seguem:

6.2.7.1 Entendem-se por *empate ficto* as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.2.7.2 Nesta hipótese, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado, desde que seja comprovada a habilitada para o objeto deste certame.

6.3. ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES DA SESSÃO PÚBLICA

6.3.1 O pregoeiro anunciará, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública se o valor arrematado está ou não condizente com o mercado e dentro do estimado ou, quando for o caso, o valor a ser considerado para a negociação de preço. Nesta Etapa o Pregoeiro terá acesso às documentações previamente apresentadas, momento em que se dará ao exame e julgamento da conformidade das documentações apresentadas.

6.3.2 Na etapa de negociação, o Pregoeiro anunciara pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante arrematante, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.



6.3.2.1 Na situação prevista no item anterior, a negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.3.3 O licitante melhor classificado deve manifestar o aceite ou não do valor da contraproposta, **no prazo de 3 (três) horas do encerramento da disputa, (podendo ser dilatado esse prazo a critério da UESC)** e durante este prazo deve apresentar a proposta de preço realinhada, e o envio poderá ser feito por e-mail.

6.3.3.1 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, para os casos de emissão de parecer técnico, quando couber.

6.3.4. Se a oferta de menor valor não for aceitável na negociação, ou se o licitante desatender às exigências editalícias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas no edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor

6.3.5 Se a oferta de menor preço arrematado estiver dentro valor condizente ao estimado e alinhada os preços unitários do edital e toda documentação de habilitação, previamente comprovada em formulário próprio, a proponente será declarada vencedora.

6.3.5.1 Para a contratação, será observada, em caso de negociação, proposta de preços readequada ao que foi ofertado no lance eletrônico e realinhado ao preço referencial, a não aceitação dessa condição implicará na desclassificação da Proposta.

6.3.6. Na eventual existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte sujeitas ao regime da Lei Complementar nº 123/06 não implica a inabilitação automática da licitante.

6.3.7 A apresentação do documento fiscal regular de ME e EPP poderá ser encaminhada via endereçamento eletrônico, (via e-mail) dentro do prazo estabelecido de cinco dias. Findado o prazo, sem a apresentação dessas documentações, implicará na inabilitação da proponente para este certame.

6.3. 8 Constatado que o proponente da melhor oferta aceitável atende às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

6.3.9 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e das informações relativas à sessão pública do pregão deverão constar da ata divulgada no sistema, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na lei.

6.3.10 Os atos essenciais do pregão eletrônico serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos da legislação pertinente.

7. RECURSOS

7.1 Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão do pregoeiro, com o registro da síntese das suas razões em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, na adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

7.2 Manifestada a intenção de recorrer, por qualquer dos licitantes, será concedido o **prazo de 03 (três) dias** úteis para a apresentação das razões do recurso, que deverá ser formulado em documento próprio no sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões, no prazo de 03 dias, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente.

7.3 O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior do órgão ou entidade promotora da licitação, será realizado pelo pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis.

7.4 A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.

7.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

8.2 Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado ao licitante vencedor, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.

8.3 A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicarão direito à contratação.

9. CONTRATAÇÃO

9.1 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no inciso I do art. 192 da Lei Estadual 9.433/05, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

9.1.1 Às microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06, que se sagrem vencedoras do certame e que contem com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.1.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual nº 9.433/05, especialmente a definida no art. 192, inc. I, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, assegurando-se às microempresas e empresas de pequeno porte em situação de empate o exercício do direito de preferência.

9.1.3 Na hipótese da não-contratação das microempresas e empresas de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.2 Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.

9.3 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

9.4 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

9.5 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do §1º do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/05.

9.6 As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

9.7 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



Em consonância com o §5º do art. 6º, combinado com a letra "a" do inc. XI do art. 79 da Lei 9.433/05, os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, desde que atestada a prestação do serviço pela UNIDADE REQUISITANTE da CONTRATANTE.

10.1.1 As situações a que alude o art. 228-B do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 6.284/97, sujeitar-se-ão, nas hipóteses previstas, à emissão de nota fiscal eletrônica.

10.2 Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da contratada.

10.3 A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

11. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

11.1 Os preços são fixos e irrevogáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE.

11.2 A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou *excessivo*.

12. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 Competirá à Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá à Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

12.2 O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei Estadual 9.433/05, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade contratante, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

12.3 O recebimento definitivo de obras, compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

13. PENALIDADES

13.1 Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184 e 185 da Lei Estadual 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

13.2 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;
- III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.



13.2.1 A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

13.2.2 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

13.2.3 As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

13.3 Será advertido verbalmente o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo essa autoridade determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

13.4 Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei Estadual nº 9.433/05.

13.5 Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184 e II, III e V do art. 185 da Lei Estadual nº 9.433/05.

13.6 Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

14. RESCISÃO

14.1 A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/05.

14.2 A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do contratante nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05.

14.3 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

15. REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO

A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 122 da Lei Estadual nº 9.433/05.

16. IMPUGNAÇÕES

16.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, cabendo ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis.

16.2 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro decidir no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

16.3 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

16.4 O pregoeiro poderá solicitar a manifestação dos setores técnicos, a fim de subsidiar a decisão quanto às impugnações, promovendo a oitiva, quando necessário, do órgão legal de assessoramento jurídico.

16.5 Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.



17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o pregoeiro, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.2 O pregoeiro poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, procedendo ao registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos mesmos, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

17.3 O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

17.4 Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação em vigor.

17.5 Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Ilhéus, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18. INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, na forma do edital.

§ 1º - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e suas respostas vincularão os participantes e a Administração Pública Estadual.

§ 2º - O pregoeiro poderá solicitar a manifestação dos setores técnicos, a fim de subsidiar a decisão quanto aos pedidos de esclarecimentos, promovendo a oitiva, quando necessário, do órgão legal de assessoramento jurídico.

Ilhéus, ____ de _____ de 2023

Carlos Henrique Ferreira
Pregoeiro



ANEXO I**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

		Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 144/2023		
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC		PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023		CNPJ Nº	
TEL.:		FAX:		E-MAIL:	
NOME/CONTATO:					
<u>LOTE ÚNICO</u>					
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Quantidade	Preço Unitário Do Item/Serviço (R\$)	Valor Anual do Item/Serviço (12 meses) (R\$)
01	02.30.00.00141336-8	PROCESSO SELETIVO, com elaboracao das provas, impressoes dos cadernos, correcao das provas objetivas e discursivas, processamento dos resultados, julgamento dos recursos e fornecimento de todo material necessario ao desenvolvimento das atividades.	4.600 UN		
VALOR GLOBAL DO LOTE I PARA SERVIÇO PELO PERIODO DE 12 MESES					
R\$.....					

Prazo de validade da proposta _____.

Ilhéus ____ de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO II**MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME**

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 144/2023
--	---------------------------

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) _____, (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº _____, expedido pela _____, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº _____, residente à rua _____, nº _____, como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

Pregão Eletrônico nº 144/2023- fls. 26 -



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC
Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16
Subagência de Licitação- SELIC
Pregoeiro Carlos Henrique Ferreira
E-mail: chferreira@uesc.br / selic@uesc.br

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Ilhéus ____ de _____ de 2023

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 276/2022
--	----------------------------------

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual 9.433/05, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

() nem menor de 16 anos.

() nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Ilhéus ____ de _____ de 2023

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 144/2023
--	----------------------------------

Contrato para prestação de serviço que entre si fazem, de um lado, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC e, de outro lado, a empresa _____, na forma abaixo:

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC, autarquia vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, criada pela Lei 6.344, de 05.12.91, e reorganizada pela Lei 6.898, de 18.08.95, com sede e foro na cidade de Ilhéus, na Rodovia BR 415, Ilhéus/Itabuna, Km 16, bairro do Salobrinho, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob no

Pregão Eletrônico nº 144/2023- fls. 27 -



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16

Subagência de Licitação- SELIC

Pregoeiro Carlos Henrique Ferreira

E-mail: chferreira@uesc.br / selic@uesc.br

40.738.999/0001-95, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Reitor, Prof. Alessandro Fernandes de Santana, portador da cédula de identidade RG nº 04421894-00, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 602.222.635-04, residente e domiciliado em Itabuna (BA), na Av. Princesa Isabel, 295, Banco Raso, CEP. 45.607-291, celebra o presente Contrato de prestação de serviço com a empresa _____, com sede no município de _____, na Rua _____, nº _____, bairro _____, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, expedida pela _____, e inscrito(a) no CPF/MF sob nº _____, residente e domiciliado(a) no município de _____ (____), na Rua _____, nº _____, bairro _____, de acordo com o Processo Licitatório de **Pregão Eletrônico nº 144/2023**, com amparo na Lei Estadual nº 9.433/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de **serviço de organização e execução de concursos e processos seletivos**, nas formas previstas no anexo único deste Contrato, de acordo com as especificações e obrigações condições constantes no Instrumento Convocatório e na Autorização de Prestação de Serviço – APS, a ser emitida de acordo com a proposta de preços apresentada na licitação sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 144/2023, adjudicado conforme parecer devidamente homologado e publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, na edição de xx de xxxx de 2023.

§1º A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/05.

§2º As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

§3º É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, não se responsabilizando a CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

§4º Os serviços objeto deste contrato não podem sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados por empregados da CONTRATADA, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a empresa contratada, sobre os quais manterá estrito e exclusivo controle.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato, a contar da data da sua assinatura, **será de 12 (doze) meses**, admitindo-se a sua prorrogação nos termos do art. 140, inciso II, da Lei Estadual 9.433/05.

Parágrafo único - O prazo de assinatura da Autorização de Prestação de Serviço - APS pela CONTRATADA será **02 (dois) dias**, configurando descumprimento total do contrato a não assinatura e consequentes penalidades previstas em lei, inclusive a rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ ()

§1º O pagamento será efetuado na forma descrita no §1º da Cláusula Quinta.

§2º Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.



Serão envolvidos no processo de organização e aplicação das provas, total de 342 (trezentos e quarenta e dois) pessoas, sendo necessário o total de R\$ 54.130,00 (cinquenta e quatro mil cento e trinta), em valores líquidos, para remuneração dos colaboradores envolvidos.

O pagamento será realizado pela contratada, em até 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de aplicação das provas (ver cronograma, item 9.3), na conta bancária em nome do favorecido/colaborador, informada pela contratante, conforme relação enviada posteriormente. (ver tabela no item 9.1, inciso VI).

Vale ressaltar, que os valores estimados poderão sofrer variação para mais ou para menos, de acordo com o número de inscritos e o número de colaboradores envolvidos no Processo Seletivo.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

XI. Dotação orçamentária:					
Unidade Orçamentária:	Unidade Gestora:	Projeto/Atividade:	Elemento de despesa:	Destinação de Recurso:	Tipo de Recurso Orçamentário
11304	0001	12.364.306.6911.5700	33.90.3900	15010213000	1

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

Em consonância com o §5º do art. 6º, combinado com a letra "a" do inc. XI do art. 79 da Lei 9.433/05, o pagamento devido à CONTRATADA será efetuado através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, desde que atestada a nota fiscal pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação da CONTRATANTE e comprovação da efetiva prestação do serviço.

§1º O valor estimado pela prestação dos serviços técnicos especializados, considerando 4.600 (quatro mil e seiscentos) candidatos, será pago em três parcelas, na forma que se indica:

- 30% (trinta por cento), até 8 (oito) dias úteis após a entrega dos Cadernos de Provas, das Folhas de Resposta da Redação e dos Cartões de Respostas da Prova Objetiva, empacotados.
- 40% (quarenta por cento), até 8 (oito) dias úteis após a aplicação de todas as provas e a comprovação de pagamento dos colaboradores envolvidos no processo seletivo, na forma descrita no Termo de Referência que compõe o Anexo Único deste contrato;
- 30% (trinta por cento), até 8 (oito) dias úteis após a entrega, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, dos resultados finais do Concurso e do Relatório Geral de Atividades, juntamente com todo o material utilizado no Concurso, na forma prevista no contrato.

§2º Fica estabelecido que, ocorrendo um número de inscritos superior a 4.600 (quatro mil e seiscentos) candidatos, será considerado para efeito de pagamento de cada excedente o valor correspondente a 80% (oitenta por cento) do devido para cada candidato, calculado com a divisão do preço global estipulado pela CONTRATADA, pelo número de candidatos previsto pela CONTRATANTE, ou seja, 4.600 (quatro mil e seiscentos). Caso ocorra um número de inscrição inferior a 4.600 (quatro mil e seiscentos) candidatos, a CONTRATANTE pagará o valor proporcional ao proposto, isto é, mantendo-se o valor unitário por candidato, ou seja, o quociente entre o valor proposto e 4.600 (quatro mil e seiscentos) candidatos previstos.

§3º As situações a que alude o art. 228-B do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 6.284/97, sujeitar-se-ão, nas hipóteses previstas, à emissão de nota fiscal eletrônica.

§4º Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da CONTRATADA.

§5º A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

§6º A CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos na execução dos serviços ocorridos no mês, com base no valor do preço vigente.



§7º As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a prestação do serviço, no mês anterior à realização dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

Os preços são fixos e irrevogáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE.

Parágrafo Único - A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou *excessivo*.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além das determinações contidas na PARTE B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS do instrumento convocatório, que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- I. designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do contrato, inclusive para atendimento de emergência, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes;
- II. executar o objeto deste contrato de acordo com as especificações técnicas constantes do instrumento convocatório e do presente contrato, nos locais, dias, turnos e horários determinados;
- III. manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente do objeto deste contrato;
- IV. zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- V. comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;
- VI. atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE;
- VII. respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes no CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;
- VIII. reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo que for determinado, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando as instalações na mais perfeita condição de funcionamento;
- IX. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- X. manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários;
- XI. providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;



- XII. efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato;
- XIII. adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- XIV. emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação;
- XV. observar a legislação federal, estadual e municipal relativa ao objeto do contrato;
- XVI. executar os serviços sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do contrato;
- XVII. prover as instalações, aparelhamento e pessoal técnico exigidos na licitação;
- XVIII. alocar durante todo o período de execução do objeto a equipe técnica mínima exigida no instrumento convocatório, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo CONTRATANTE.
- XVIII. devolver à CONTRATANTE as peças e acessórios que forem substituídos por ocasião dos serviços prestados.
- XIX. providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site www.comprasnet.ba.gov.br, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

§1º Além das determinações acima descritas, a CONTRATADA que estiver sujeita à determinação do art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), regulamentado pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, deverá, no que concerne à aprendizagem:

a) recrutar, preferencialmente, para a contratação de aprendizes prevista no art. 429 da CLT, os estudantes indicados nos incisos I e II do art. 9º da Lei estadual nº 13.459, de 10 dezembro de 2015, regulamentada pelo Decreto estadual nº 16.761, de 07 de junho de 2016, no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do quadro de aprendizes da CONTRATADA;

b) apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do início efetivo da execução do serviço, a lista completa dos aprendizes, indicando aqueles selecionados no banco de dados de que trata o Decreto estadual nº 16.761/16, devendo justificar, perante o CONTRATANTE, a eventual impossibilidade de seu cumprimento.

§2º Além das determinações acima descritas, a CONTRATADA deverá atender às especificações do Termo de Referência do Objeto da Licitação, constantes da PARTE B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DESTE CERTAME, as quais se consideram aqui literalmente transcritas.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- a) fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;
- b) realizar o pagamento pela execução do contrato;
- c) proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA NONA - REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente contrato será o de empreitada por preço **global**.

CLÁUSULA DEZ - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

Competirá ao CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei estadual nº 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela execução do contrato.



§1º O adimplemento da obrigação contratual por parte da CONTRATADA ocorrerá com a efetiva prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança, nos termos do art. 8º, inc. XXXIV, da Lei estadual nº9.433/05.

§2º Cumprida a obrigação pela CONTRATADA, caberá ao CONTRATANTE proceder ao recebimento do objeto, a fim de aferir os serviços ou fornecimentos efetuados, para efeito de emissão da habilitação de pagamento, conforme o art. 154, inc. V, e art. 155, inc. V, da Lei estadual nº 9.433/05.

§3º Compete especificamente à fiscalização, sem prejuízo de outras obrigações legais ou contratuais:

1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral das obrigações pactuadas;
2. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado
3. Relatar ao Gestor do Contrato ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros;
4. Dar à autoridade superior imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a CONTRATADA, ou mesmo à rescisão do contrato.

§4º Fica indicada como a área responsável pela gestão do contrato: **Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UESC.**

§5º Fica indicada como gestora deste Contrato a servidora **Fernanda Amato Gaiotto**, matrícula: 73383566

§6º Fica(m) indicado(s) como fiscal(is) deste Contrato o(s) servidor(es): **Eliana Cazetta** matrícula: 73517840 e **Vinicius Augusto Takahashi Arakawa** matrícula 73543560

CLÁUSULA ONZE – PENALIDADES

Sem prejuízo da caracterização dos ilícitos administrativos previstos no art. 185 da Lei Estadual 9.433/05, com as cominações inerentes, a inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor deste contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, ou ainda na hipótese de negar-se a CONTRATADA a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§1º A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

§2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia da CONTRATADA faltosa, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada - quando exigida, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta.

§3º As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DOZE - RESCISÃO



A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/05.

§1º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05.

§2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

CLÁUSULA TREZE – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no convocatório e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

CLÁUSULA QUATORZE - FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Ilhéus, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato depois de lido e achado conforme.

Ilhéus,

**CONTRATANTE
CONTRATADA**

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ENQUADRAMENTO

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 144/2023
--	----------------------------------

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaramos, para os fins da parte final do inciso IV do art. 101 da Lei Estadual nº 9.433/05, termos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e ainda:

Para os fins do tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº 123/06, declaramos:

- () Que não possuímos a condição de microempresa, nem a de empresa de pequeno porte.
- () Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição **de microempresa** e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06.**
- () Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição **de empresa de pequeno porte** e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06.**

No que concerne ao conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, declaramos:

- () para os efeitos do inciso II do art. 120, em face do quanto disposto no inc. V do artigo 184, do mesmo diploma estadual, o **pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação**, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas a teor do art. 186 do mesmo diploma.

Pregão Eletrônico nº 144/2023- fls. 33 -



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC
Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16
Subagência de Licitação- SELIC
Pregoeiro Carlos Henrique Ferreira
E-mail: chferreira@uesc.br / selic@uesc.br

() para os efeitos do §1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, **haver restrição** na comprovação da nossa regularidade fiscal, a cuja regularização procederemos no prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, cientes de que a não-regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual nº 9.433/05, especialmente a definida no art. 192, inc. I.

Ilhéus ____ de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

Declaro, ainda, a veracidade dos documentos por mim apresentados, sob as penas da lei.

Ilhéus-BA, ____ de _____ de 2023.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 144/2023
--	----------------------------------

[Identificação completa do representante da licitante], como representante devidamente constituído de **[Identificação completa da licitante]**, doravante denominada LICITANTE, para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Declaro, ainda, para os efeitos art. 299 do Código Penal Brasileiro, não estar sujeito às hipóteses de impedimento de participação elencadas nos arts. 18 e 125 da Lei estadual nº 9.433/05, quais sejam:

Pregão Eletrônico nº 144/2023- fls. 34 -



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16

Subagência de Licitação- SELIC

Pregoeiro Carlos Henrique Ferreira

E-mail: chferreira@uesc.br / selic@uesc.br

Art. 18 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários: I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; II - a empresa responsável, isoladamente ou em consórcio, pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico, subordinado ou subcontratado;

III - servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; IV - demais agentes públicos, assim definidos no art. 207 desta Lei, impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal.

§ 1º- É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa, a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação ou na execução da obra ou serviço, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º- O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua, como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração, a elaboração do projeto executivo.

§ 3º- Considera-se participação indireta, para os fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou de parentesco até o 3º grau entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior aos membros da comissão de licitação.

Art. 125 - É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais.

Parágrafo único - Não se inclui na vedação deste artigo a prestação de serviços em caráter eventual, de consultoria técnica, treinamento e aperfeiçoamento, bem como a participação em comissões examinadoras de concursos, no âmbito da Administração Pública.

Ilhéus, , ____ de _____ de 2023.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO VII

MODELO DE INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, DO APARELHAMENTO E DO PESSOAL TÉCNICO

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 144/2023
--	----------------------------------

Indicamos, para os fins do inciso III do art. 101 da Lei Estadual nº 9.433/05, as instalações, o aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para realização do objeto da licitação, como sendo:

Ilhéus ____ de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

Pregão Eletrônico nº 144/2023- fls. 35 -



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16

Subagência de Licitação- SELIC

Pregoeiro Carlos Henrique Ferreira

E-mail: chferreira@uesc.br / selic@uesc.br

ANEXO VIII

Art. 81 II- Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante: INFORMATIVO DO DEMOSTRATIVO DE ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 144/2023
--	--------------------

(Nota sobre o Degrau para satisfação do art. 11 § 5º do Decreto Estadual nº 19896/2020)

- a) **Para o LOTE ÚNICO: Degrau de valor entre os lances – EM PERCENTUAL R\$ 0,05 % EM VALOR OU 50,00**
O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências constantes do modelo do **Anexo I**, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, **em duas casas decimais**

Valor ESTIMADO por lotes (considerando 02 casas decimais)

LOTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Quantidade	Valor Unitário do Item/Serviço (R\$)	Valor Anual do Item/Serviço (12 meses) (R\$)
1	02.30.00.00141336-8	PROCESSO SELETIVO, com elaboracao das provas, impressoes dos cadernos, correcao das provas objetivas e discursivas, processamento dos resultados, julgamento dos recursos e fornecimento de todo material necessario ao desenvolvimento das atividades.	4.600 Un	79,00	363.400,00

